

A estas críticas, a Comissão responde, no próprio Livro Branco, afirmando que manterá o papel de guardião dos tratados, conservando o monopólio da elaboração e apresentação de propostas legislativas e elaborando mais comunicações e orientações, ao mesmo tempo que reforçará a prática das isenções por categoria.

Trata-se, em qualquer caso, de uma evolução que, a concretizar-se, exigirá, da parte dos tribunais um grande esforço para lidar com matérias que normalmente lhes não são muito familiares, o que implicará, também, um reforço da preparação dos juristas na área do direito económico.

Aos juristas deparar-se-á ainda outro desafio que é o que resulta não só do alargamento comunitário, mas igualmente do progressivo tratamento mundial das questões de concorrência⁷³⁴.

Creio que não haveria melhor forma para concluir este curso que o alerta para as dificuldades que nos esperam e para as responsabilidades acrescidas a que muitos juristas serão chamados e de cuja acção resultará, seguramente, uma ordem económica nacional e internacional mais justa e eficiente.

⁷³⁴ Vd., a este propósito Giorgio Bernini, "La Dimensione Internazionale della Concorrenza: Prospettive di Regolazione in Ambito OMC", in Giuseppe Tesaurò e Marco d'Alberti (organizadores), *Regolazione e Concorrenza*, Il Mulino, Bologna, 2000, págs. 203 e segs. Cfr., também, Dominique Brault, *Droit de la Concurrence Comparé. Vers une Ordre Concurrentiel Mondial ?*, Economica, Paris, 1995 e Mário Marques Mendes, *Antitrust in a World of Interrelated Economies*, Université de Bruxelles, 1991.

NOTA PRÉVIA	5
BIBLIOGRAFIA	9
INTRODUÇÃO	15
1. O Direito da Economia	15
2. O Direito da Economia e o Regime Jurídico da Actividade Económica	33
3. O Âmbito do Direito da Economia	40
3.1. O Direito Interno da Economia	42
4. O Direito Económico face a outros ramos do Direito	44
5. As Fontes do Direito Económico	47
6. A Importância da Jurisprudência	52
7. Principais Características do Direito da Economia	54
CAPÍTULO I – A CONSTITUIÇÃO ECONÓMICA	57
SECÇÃO I – A NOÇÃO DE CONSTITUIÇÃO ECONÓMICA	57
1. Aspectos Gerais	57
SECÇÃO II – AS CONSTITUIÇÕES ECONÓMICAS PORTUGUESAS	67
1. Aspectos Gerais	67
2. As Constituições Económicas do Liberalismo Monárquico	70
2.1. A Constituição de 1822	70
2.2. A Carta Constitucional	77
2.3. A Constituição de 1838	80
2.4. Aspectos Conclusivos	82
2.5. A Constituição de 1911	86
3. A Constituição de 1933	88
3.1. Aspectos Gerais	88
3.2. Continuidade e Evolução da Constituição de 1933	96
CAPÍTULO II – A CONSTITUIÇÃO ECONÓMICA DE 1976	101
1. Os Antecedentes	101
2. Os Princípios Gerais da Constituição de 1976	110
3. A Revisão Constitucional de 1982	123
4. A nova Constituição Económica	128
4.1. Aspectos Gerais	128
4.2. A Revisão Constitucional de 1989	129

4.3.	A Revisão Constitucional de 1992	136
4.4.	Principais Aspectos dos Projectos de Revisão Constitucional de 1994.	138
4.5.	A Revisão Constitucional de 1997	141
4.6.	A Constituição Económica Europeia	145
4.6.1.	Aspectos Gerais	145
4.6.2.	O Tratado de Maastricht	152
4.6.3.	O Desenvolvimento da Constituição Económica Europeia	165
4.6.4.	O Tratado de Maastricht e a Constituição Económica Europeia	168

CAPÍTULO III – A ESTRUTURA DE PROPRIEDADE DOS MEIOS

DE PRODUÇÃO 177

SECÇÃO I 177

1. Aspectos Gerais 177

SECÇÃO II – O SECTOR COOPERATIVO E SOCIAL 181

SECÇÃO III – O SECTOR PRIVADO 191

1. Aspectos Gerais 191

2. A Problemática dos Sectores Vedados à Iniciativa Privada 194

3. A Revisão Constitucional de 1997 e a Situação Actual em Matéria de Limitação de Sectores 205

SECÇÃO IV – O SECTOR PÚBLICO 211

1. Aspectos Gerais 211

2. Remissão 214

CAPÍTULO IV – O SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL EM PORTUGAL 215

SECÇÃO I – NACIONALIZAÇÕES E SECTOR EMPRESARIA

DO ESTADO 215

1. Aspectos Gerais 215

2. Das Nacionalizações em Especial 224

2.1. Aspectos Gerais 224

2.2. As Razões das Nacionalizações 230

2.3. Regime Jurídico das Nacionalizações 233

2.4. Das Indemnizações em Especial 235

2.4.1. A Lei n.º 88/70, de 26 de Outubro 235

2.5. O Acórdão n.º 39/88 do Tribunal Constitucional 238

2.6. Indemnizações e Reversão 242

2.7. O Decreto-Lei n.º 332/91, de 6 de Setembro 243

SECÇÃO II – PROBLEMAS DE ORGANIZAÇÃO E REGIME DO SECTOR

EMPRESARIAL DO ESTADO 247

1. Aspectos Gerais 247

SECÇÃO III – O REGIME JURÍDICO DO SECTOR EMPRESARIAL

DO ESTADO 253

1. Aspectos Gerais 253

2. As empresas participadas 255

2.1. Aspectos Gerais 255

2.2. A Lei de Alienação das Participações 261

3. As Empresas Públicas 263

4. Os Institutos Públicos Empresariais 277

5. Aspectos conclusivos 282

SECÇÃO IV – O SECTOR EMPRESARIAL AUTÁRQUICO E REGIONAL 283

1. Aspectos Gerais 283

2. A Lei Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais 285

3. Considerações finais 289

4. O Sector Público Empresarial das Regiões Autónomas 291

CAPÍTULO V – O INTERVENCIÓNISMO ESTATAL 295

1. Aspectos Gerais 295

2. Os Planos Económicos 298

3. O Planeamento Económico Regional 315

4. O Planeamento Técnico 316

5. Planeamento Económico e Auxílios Comunitários 317

6. Da Natureza Jurídica do Plano 324

7. Da Execução do Plano 328

7.1. Dos Auxílios do Estado em Especial 330

CAPÍTULO VI – A CONCERTAÇÃO ECONÓMICO-SOCIAL

E O CONTRATUALISMO ECONÓMICO 335

1. Aspectos Gerais 335

2. A Procura de Novas Formas de Relacionamento entre o Estado

e a Sociedade 338

3. A Economia Concertada 339

4. A “Hipótese Neocorporativa” 342

5. A Concertação Económica e Social em Portugal 343

6. A Tendência Expansiva da Concertação Económica e Social 344

- 7. Outras Formas de Redução da Unilateralidade da Acção do Estado 346
 - 8. O Contratualismo Económico 347
 - 8.1. Aspectos Gerais 347
 - 8.2. Os Contratos Económicos 348

CAPÍTULO VII – PRIVATIZAÇÕES E REGULAÇÃO 355

SECÇÃO I – PRIVATIZAÇÕES 355

- 1. Aspectos Gerais 355
- 2. As Privatizações em Portugal 370
 - 2.1. A Lei n.º 11/90, de 5 de Abril 375
- 2.2. Desenvolvimento do Processo de Privatizações e Tentativa de Apreciação dos Resultados 378
- 3. As Privatizações no Contexto da Desintervenção Pública 384

SECÇÃO II – A REGULAÇÃO ECONÓMICA 393

- 1. Aspectos Gerais 393
- 2. Instrumentos de Regulação 399
- 3. Modalidades de Regulação 400
- 4. A Regulação Económica em Portugal 402
- 5. A Experiência Concreta da Regulação em Portugal 403
- 6. Breve Apreciação do Fenómeno da Regulação 412

CAPÍTULO VIII – MERCADOS FINANCEIROS 415

- 1. Aspectos Gerais 415
- 2. O Sector Bancário 419
- 3. Mercado de Valores Mobiliários 432
- 4. O Sector Segurador 453
- 5. O Conselho Nacional de Supervisores Financeiros 456

CAPÍTULO IX – DIREITO DA CONCORRÊNCIA 457

I. INTRODUÇÃO 457

- 1. Aspectos Gerais 457
- 2. Concorrência e Economia de Mercado 461
- 3. Defesa da Concorrência e Concorrência Desleal 463
- 4. Noções Básicas de Concorrência 466
- 5. O Direito da Concorrência 474

II. O DIREITO DA CONCORRÊNCIA EM PORTUGAL 479

- 1. Aspectos Históricos 479

- 2. O Decreto-Lei n.º 422/83, de 3 de Dezembro 481
- 3. O Decreto-Lei n.º 370/93 486
- 4. O Decreto-Lei n.º 371/93, de 29 de Outubro 492
 - 4.1. Aspectos Gerais 492
 - 4.2. Práticas Proibidas 495
 - 4.3. As Concentrações 507
 - 4.4. Os Auxílios do Estado 511
 - 4.5. Órgãos de Defesa da Concorrência 512
 - 4.6. Do Processo 514

III. O DIREITO COMUNITÁRIO DA CONCORRÊNCIA 517

- 1. Aspectos Gerais 517
- 2. As Fontes 518
- 3. As Regras Relativas às Práticas das Empresas 519
 - 4. As Concentrações 525
 - 5. Os Auxílios do Estado 528
- 6. As Relações entre o Direito Comunitário e o Direito Nacional 532
- 7. Os Poderes da Comissão 534
- 8. As Novas Orientações 535